

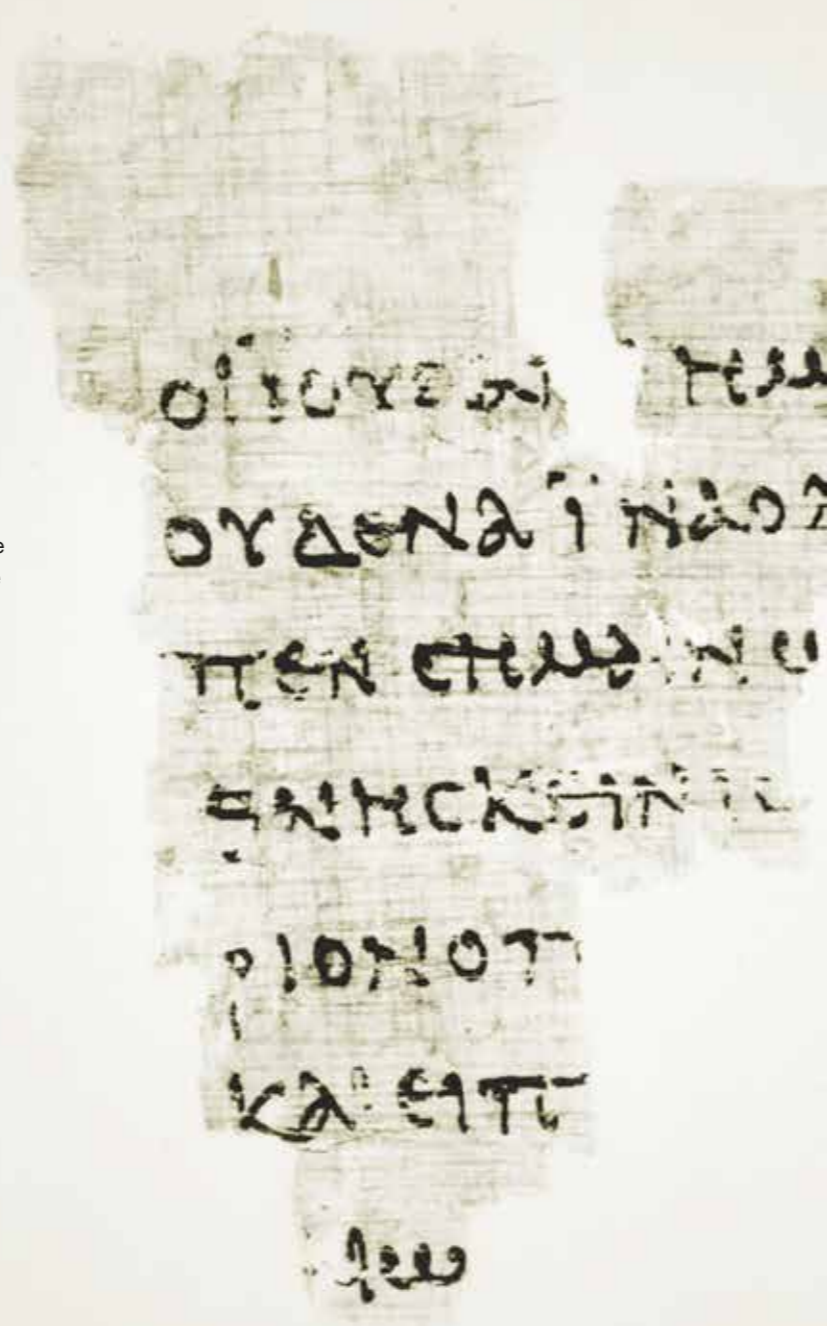
O Intérprete de Deus

Somos todos intérpretes de Deus, buscando entender a vida, o Universo e nós mesmos. Buscamos incessantemente explicações plausíveis para tudo que nossa mente observa, exigindo compreensão, coerência lógica e enquadramento. Ninguém, no entanto, alcançou coagular, ao menos em pensamento, uma teoria única que justificasse a realidade que nos cerca. Em muitos casos, apresentam-se teorias incompletas, filosofias parcialmente compreensíveis para determinados cenários, tudo exigindo a formação de símbolos e dogmas que preenchem os vazios existentes. Pela impossibilidade de encontrar uma teoria unificada ou uma verdade única, surgiram os símbolos, nas mais variadas matizes, para ocupar os claros inevitáveis, deixados pela ignorância humana. Sem eles, não haveria equilíbrio psíquico nem a mente suportaria a avalanche de conteúdos do Inconsciente que a todo momento invade o limitado campo da Consciência.

A ciência tentou, com seus intrincados e complexos teoremas, apresentar teorias que explicassem a realidade. Sempre com uma linguagem mais precisa possível, muitas vezes arcaica e extremamente conservadora, atendendo ao que considera dentro de parâmetros lógicos, afasta-se do que é intuitivo e que não se enquadra na racionalidade enviesada humana. Pensava-se que Isaac Newton com suas leis, principalmente com a gravitação, conseguisse explicar, ao menos, o Universo físico. Suas famosas leis se mostraram insuficientes para explicar os fenômenos do microcosmos. Depois foi a vez de Albert Einstein com sua famosa equação $E = mc^2$ e com a teoria da Relatividade Geral. Sua incessante busca, mal sucedida, por uma única equação que demonstrasse o funcionamento do Universo provou que é improvável que o humano alcance a totalidade do divino. Temos hoje a Física Quântica, com o paradigma da Complementaridade, que também sofre limitações nas explicações, na linguagem e no entendimento do que seus modernos engenhos não conseguem detectar. Nenhuma delas alcançou a explicação que englobasse todos os fenômenos conhecidos. Se ainda não alcançamos explicações plenas para o Universo físico, cuja materialidade é evidente, imaginemos para o que é da ordem do espiritual, que nos exige faculdades além das instintivas?

Se, por outro lado, a diminuta inteligência humana consegue conceber grandes e importantes teorias, consegue apresentar e perceber formidáveis experimentos, mesmo que incompletos, imaginemos o quanto não alcançará quando ascender um pouco mais na evolução. Quando, nas suas mais variadas modalidades, for ampliada, poderá de fato conceber, de forma muito mais precisa, o Universo à sua disposição. Por enquanto o ser humano comum ainda precisa de outros intérpretes para, um dia, poder conceber sua própria realidade.

Adenáuer Novaes é psicólogo clínico, escritor e diretor da Fundação Lar Harmonia.



Planeje um Novo Ano

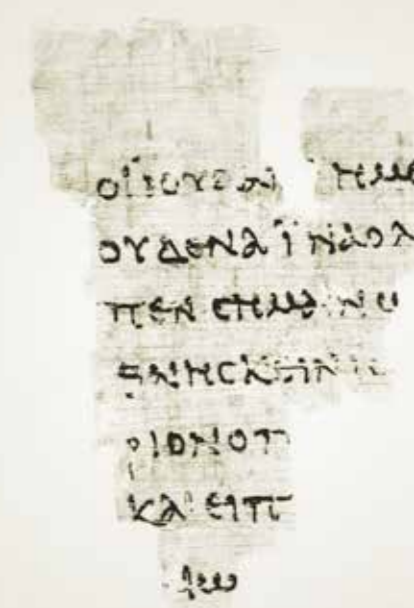
Estamos no final de um ciclo e prestes a começar outro. É hora de arrumar a casa e de pensar como será o que vem depois. Repensar escolhas, refazer estratégias e reforçar as adequações. É tempo também de descansar um pouco para recarregar as forças motivadoras da vida. É imperioso evitar equívocos e não persistir no que traz sofrimento e dor. Chegou a fase da renovação interior, da autotransformação e da construção de uma personalidade saudável. Decida por cuidar de si mesmo, proporcionando, à sua volta, o melhor de você. Planeje um novo ano com realizações que atendam aos seus ideais de felicidade pessoal e coletiva.

Adenáuer Novaes

O INTÉRPRETE DE DEUS

Jesus

o arquétipo humano



ADENÁUER NOVAES

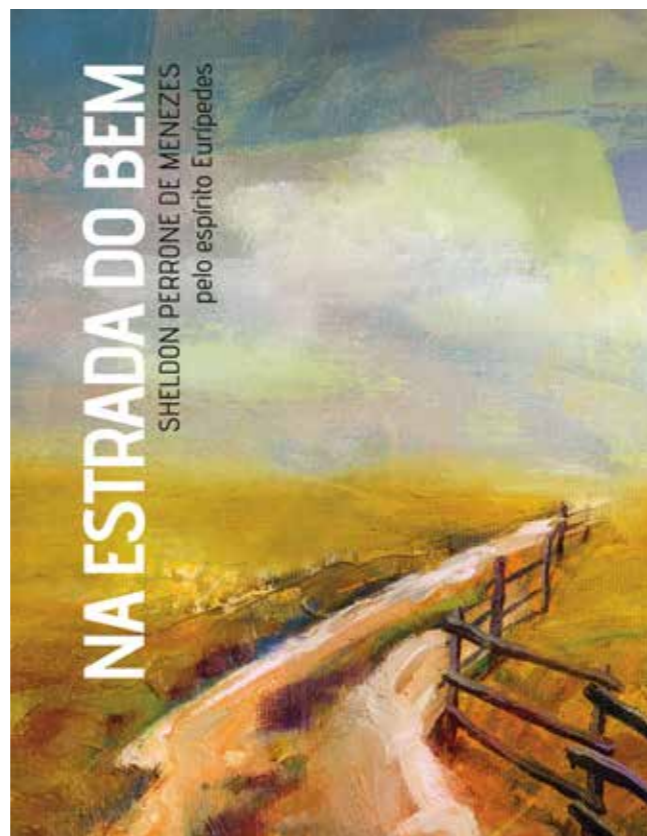
Na Estrada do Bem Primeiro romance mediúnico da Fundação Lar Harmonia

O livro Na Estrada do Bem marca o início de uma nova fase da Editora Harmonia, cujo trabalho se destina à divulgação dos temas espíritos e de psicologia. Trata-se do primeiro romance espírita por ela editado.

O romance espírita tem alguns objetivos; entre eles, o de trazer ensinamentos da doutrina espírita, além de entreter o leitor. Nesse caso específico, não só a narrativa é muito rica, trazendo passagens históricas importantes do nosso país e da Itália, país irmão tão importante para a formação do nosso, como também ricos são os ensinamentos da doutrina espírita. Além disso, da mesma forma que as outras obras da Editora Harmonia, cumpre o seu papel de prover recursos para as inúmeras obras sociais realizadas pela Fundação Lar Harmonia, uma vez que todos os direitos autorais a ela são doados.

O romance mediúnico, ditado pelo espírito Eurípedes, através da minha psicografia, transcorre no final do Século IX, em plena fase da Abolição da Escravatura, no interior de São Paulo, trazendo história de imigrantes italianos e cenas vividas nesse período do nosso país. Inicia-se com um crime, cujos envolvidos nos trazem a certeza de que, efetivamente, somos artífices do nosso próprio destino. A história retorna no tempo, sem que o leitor se perca. Muito pelo contrário, faz com que ele compreenda plenamente os dramas vividos pelos personagens.

O romance prende o leitor, que se vê tomado por sentimentos e emoções até o seu final, imprevisível, mas que traz uma lógica a toda a trama, em perfeita consonância com as Leis Divinas.



Sheldon Menezes é médico e diretor da Fundação Lar Harmonia

expediente

Jornalista Responsável
Marcia Cristina de Moraes Matos
- MTB -1072

Edição
Adenauer Novaes

Textos
Adenauer Novaes • José Ribeiro
Sheldon Menezes

Projeto Gráfico
Diego Novaes

Arte Final
Diego Novaes

Impressão
Contraste Editora Gráfica

Tiragem
3.000 exemplares

Rua Deputado Paulo Jackson, 560.
Piatã • Salvador-Bahia-Brasil
(71) 3286-7796
atendimento@larharmonia.org.br
www.larharmonia.org.br

colabore com nossas obras assistenciais

Caso você queira contribuir com o trabalho da Fundação Lar Harmonia, mande um e-mail para atendimento@larharmonia.org.br. Você receberá em casa um exemplar do nosso jornal, onde poderá acompanhar nossas realizações, e um boleto bancário referente à sua contribuição. O valor a ser doado será estipulado por você.

Direitos Humanos e Gestão Municipal: urge avançar.*

No dia 10 de dezembro de 1948, em Paris, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), estabelecendo, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos. Segundo a ONU, a DUDH foi traduzida para mais de 360 idiomas – o documento mais traduzido do mundo – e inspirou as constituições de muitos Estados e democracias recentes. Mesmo não sendo objeto de análise do presente artigo, vale mencionar que, desde a proclamação da DUDH, diversos tratados internacionais de direitos humanos e outros instrumentos ampliaram significativamente o corpo do direito internacional na área dos direitos humanos. Passados 64 anos da proclamação da DUDH e diante do fato de que, em 1º de janeiro de 2013, serão empossados os novos prefeitos (as), vices e vereadores (as) para um mandato que se estenderá até 31 de dezembro de 2016, faz-se importante avaliar a estrutura municipal existente na área da promoção dos direitos humanos, valendo-se da divulgação recente (novembro de 2012) da edição 2011 da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) do IBGE. A mera existência de órgão gestor de direitos humanos não assegura, necessariamente, a coordenação ou execução de políticas direcionadas à proteção, garantia e promoção de direitos à população. Por outro lado, a inexistência desse órgão* indubitavelmente dificulta a realização desta importante tarefa. Em 2011, segundo a MUNIC, 2.941 municípios (52,9% do total) possuíam órgão responsável pela política de Direitos Humanos (DH). A boa notícia é que o número de municípios com este tipo de estrutura dobrou entre 2009 e 2011, o que delineia uma tendência de crescimento. Entretanto, ainda causa preocupação o fato de a metade dos municípios brasileiros ainda não dispor desta estrutura. Vale ressaltar que apenas 53 municípios (0,9% do número total e apenas 1,8% daqueles que possuíam órgão gestor) contavam com secretaria municipal exclusiva na área de DH. Na Bahia, 253 municípios (60,7% do total) apresentavam estrutura na área de DH, sendo que apenas três dispunham de secretaria municipal exclusiva (Camaçari, Feira de Santana e Jucuruçu); a grande maioria (236) possuía setor subordinado a outra secretaria. No país, apenas 123 municípios (2,2% do total) possuíam Conselho Municipal de Direitos Humanos em 2011, sendo que, na Bahia, somente oito (1,9%) contavam com este tipo de conselho. Tratando-se dos temas das políticas, dos programas ou das ações

em direitos humanos promovidos pelos municípios, independentemente de possuírem órgãos de direitos humanos, crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência apareciam com mais frequência (em 96,2%, 91,2% e 67,5% dos municípios brasileiros, respectivamente). Na Bahia, a proporção de municípios com políticas, programas ou ações para Pessoas com Deficiência (PCD) era de 61,2% (correspondente a um contingente de 255). Ao conciliarem-se tais informações da MUNIC com as do Censo 2010, surge um aspecto que causa inquietação: há diversos municípios com elevados percentuais de PCD em que não há nenhum tipo de intervenção na área dos direitos dessas pessoas*. No Estado da Bahia, por exemplo, constatava-se a existência de dois municípios que figuravam no grupo dos 20 com maior incidência de PCD na estrutura populacional em 2010 e que, até o ano de 2011, não possuíam políticas, programas ou ações para esse segmento da população: Firmino Alves (32,7%) e Maiquinique (32,0%). Levando-se em conta a tipologia das principais intervenções municipais em prol das PCD, predominava no país a garantia ou melhoria de acessibilidade a espaços públicos de esporte e lazer, presente em 61,1% dos municípios brasileiros com políticas para PCD, seguida pela distribuição de órteses e próteses (50,8%). A geração de trabalho e renda ou inserção no mercado de trabalho se fazia presente em pouco mais de um quarto (25,9%) dos municípios, assim como a garantia ou melhoria de acessibilidade ao transporte público (26,9% do total). Vale destacar que apenas 97 municípios (1,7%) possuíam legislação que assegurasse o ingresso de cão-guia em espaços cultural, artístico e desportivo. Por fim, dois outros dados que causam perplexidade: quase a metade dos municípios (cerca de 43,0% do total) não possuía, no prédio da prefeitura, qualquer item de acessibilidade e somente 316 municípios (5,6% do total) declararam contar com pessoal capacitado para prestar atendimento especializado às pessoas com deficiência.

José Ribeiro é economista e demógrafo.

* Diante da relevância e amplitude, este tema continuará a ser abordado na próxima edição do Jornal Harmonia.